

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

**Circular nº 3.068/01 - BACEN**  
O Banco KDB do Brasil S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados

na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 12.860 mil, representando apenas 1,4% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

**Perfil Institucional:**  
O Banco KDB do Brasil S.A. é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

**Desempenho Financeiro:**  
O total de ativos montou R\$ 1.167.608 mil em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 38.834. Com isso, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 17% alcançando R\$ 251.477 mil.

**Índice da Basileia:**  
Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Basileia atingiu 126,21% superando 115,71% a soma dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal determinados pelo BACEN para 2018 (equivalente a 10,5%). Agradecemos ao acionista e nossos clientes pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos funcionários que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 11 de março de 2019

A Administração

Balancos Patrimoniais

Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

ATIVO	Notas	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>304.830</b>	<b>1.056.484</b>
Disponibilidades		7.352	4.108
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>198.246</b>	<b>477.086</b>
Aplicações no mercado aberto	5	198.246	477.086
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>70.385</b>	<b>460.504</b>
Carteira própria	6	59.579	446.627
Instrumentos financeiros derivativos	7	10.806	13.877
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>185</b>	<b>116</b>
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central do Brasil		185	116
<b>Outros créditos</b>		<b>28.531</b>	<b>114.610</b>
Carteira de câmbio	9	27.119	112.452
Rendas a receber		414	850
Diversos	10	998	1.308
<b>Outros valores e bens</b>		<b>131</b>	<b>60</b>
Despesas antecipadas		131	60
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>861.890</b>	<b>178.381</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>861.890</b>	<b>178.381</b>
Carteira própria	6	809.278	130.700
Vinculados à prestação de garantias	6	52.612	47.681
<b>PERMANENTE</b>		<b>888</b>	<b>935</b>
Investimentos		5	5
Outros investimentos		5	5
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>804</b>	<b>695</b>
Outras imobilizações de uso	11	2.003	1.722
(Depreciações acumuladas)	11	(1.199)	(1.027)
<b>Intangível</b>		<b>79</b>	<b>235</b>
Outros ativos intangíveis	11	772	717
(Amortização acumulada)	11	(693)	(537)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.167.608</b>	<b>1.235.800</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Notas	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>709.410</b>	<b>1.013.689</b>
Depósitos		12.633	218.229
Depósitos à vista	12	10.584	5.760
Depósitos a prazo	12	2.049	212.469
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>		<b>646.719</b>	<b>664.970</b>
Empréstimos no exterior	13	646.719	664.970
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>4.202</b>	<b>956</b>
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.202	956
<b>Outras obrigações</b>		<b>45.856</b>	<b>129.534</b>
Cobrança arrecadação de tributos e assemelhados		2	-
Carteira de câmbio	14	26.972	112.934
Sociais e estatutárias		360	257
Fiscais e previdenciárias	14	16.220	14.416
Diversas	14	2.302	1.927
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>206.185</b>	<b>5.285</b>
<b>Depósitos</b>		<b>206.185</b>	<b>5.285</b>
Depósitos a prazo	12	206.185	5.285
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>536</b>	<b>1.016</b>
Resultados de exercícios futuros		536	1.016
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>251.477</b>	<b>215.810</b>
Capital social:			
de domiciliados no exterior		552.891	552.891
Reserva de lucros		829	829
Avulsas de avaliação patrimonial		(60)	3.107
Prejuízos acumulados		(302.183)	(341.017)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.167.608</b>	<b>1.235.800</b>

(Em milhares de reais - R\$)

Demonstrações de Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2018

	Notas	2º semestre	2018	2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>36.472</b>	<b>221.642</b>	<b>98.561</b>
Operações de crédito		304	450	2.117
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		44.846	133.416	97.265
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(12.658)	20.224	(25.431)
Resultado de operações de câmbio		3.990	67.542	24.606
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(20.549)</b>	<b>(147.136)</b>	<b>(34.969)</b>
Operações de captações no mercado		(7.384)	(15.727)	(10.657)
Operações de empréstimos e repasses		(13.165)	(131.409)	(24.381)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		-	-	69
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>15.923</b>	<b>74.506</b>	<b>63.592</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(7.110)</b>	<b>(14.225)</b>	<b>(18.989)</b>
Recitas de prestação de serviços		960	1.962	1.385
Despesas de pessoal	21	(6.061)	(9.921)	(8.222)
Outras despesas administrativas	22	(3.930)	(6.633)	(6.234)
Despesas tributárias	23	(979)	(3.861)	(3.132)
Outras receitas operacionais	24	3.617	5.255	2.150
Outras despesas operacionais	25	(717)	(1.027)	(4.936)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>8.813</b>	<b>60.281</b>	<b>44.603</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>46</b>	<b>51</b>	<b>213</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>8.859</b>	<b>60.332</b>	<b>44.816</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(4.258)</b>	<b>(20.765)</b>	<b>(15.784)</b>
Provisão para imposto de renda		(2.284)	(11.216)	(8.745)
Provisão para contribuição social		(1.960)	(9.037)	(7.039)
Ativo fiscal diferido		(514)	(514)	-
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b>		<b>(476)</b>	<b>(733)</b>	<b>(686)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>		<b>4.125</b>	<b>38.834</b>	<b>28.346</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - EM R\$</b>		<b>0,01</b>	<b>0,07</b>	<b>0,05</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2018

	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>552.891</b>	<b>829</b>	<b>815</b>	<b>(369.363)</b>	<b>185.172</b>
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	2.292	-	2.292
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.346	28.346
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>552.891</b>	<b>829</b>	<b>3.107</b>	<b>(341.017)</b>	<b>215.810</b>
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	(3.167)	-	(3.167)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.834	38.834
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>552.891</b>	<b>829</b>	<b>(60)</b>	<b>(302.183)</b>	<b>251.477</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>552.891</b>	<b>829</b>	<b>(141)</b>	<b>(306.308)</b>	<b>247.271</b>
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	81	-	81
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.125	4.125
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>552.891</b>	<b>829</b>	<b>(60)</b>	<b>(302.183)</b>	<b>251.477</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2018

	2º semestre	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do período	4.125	38.834	28.346
Depreciações e amortizações	193	371	262
Provisão para passivos contingentes	477	483	14
(Reversão) de provisão para perdas com avais e fianças concedidos	(50)	(94)	(77)
Provisão para perdas com títulos privados	-	97	52
(Reversão) de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	-	-	69
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>4.745</b>	<b>39.697</b>	<b>28.528</b>
<b>Variação de ativos e passivos:</b>			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(269.124)	(287.452)	43.711
(Aumento) em relações interfinanceiras	(218.808)	(284.147)	(109.652)
(Aumento) em operações de créditos	(46)	(70)	(14)
(Aumento)/Redução em outros créditos	-	-	14.146
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(24.907)	86.078	52.695
(Aumento)/Redução em depósitos	20	(71)	23
Aumento/(Redução) em depósitos	(49.740)	(4.695)	158.216
Aumento/(Redução) em outras obrigações	24.682	(84.067)	(72.482)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	(325)	(480)	779
<b>Caixa líquido (aplicado) em proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(264.379)</b>	<b>(247.761)</b>	<b>72.239</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(Aumento)/Redução em títulos mantidos até o vencimento	453	(9.261)	(3.704)
Aquisição de imobilizado de uso	(4)	(324)	(447)
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos</b>	<b>449</b>	<b>(9.585)</b>	<b>(4.151)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
(Aumento)/Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(127.030)	(18.250)	10.748
<b>Caixa líquido (aplicado) em proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(127.030)</b>	<b>(18.250)</b>	<b>10.748</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(390.960)</b>	<b>(275.596)</b>	<b>78.836</b>
Saldo no início do semestre/exercício	596.558	481.194	402.358
Saldo no final do semestre/exercício	205.598	205.598	481.194
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(390.960)</b>	<b>(275.596)</b>	<b>78.836</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R\$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às demonstrações financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; i) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2016. Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros.

A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2019.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a. Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de registro, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data das demonstrações financeiras.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**  
São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos em prazos privados, cujo prazo da aplicação é superior à data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

**c. Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Estão demonstradas no valor principal, atualizadas com base no indexador contratado, quando for o caso acrescido de encargos e rendimentos decorrentes.

**d. Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:  
(i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;  
(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;  
(iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg. Os valores de mercado das cotas dos fundos de investimento são apurados segundo modelo de precificação desenvolvido pelos seus Administradores e são divulgados diariamente para a CVM.

**e. Instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos compreendem as operações de "swaps" em contos de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriados como receita e/ou despesa "pro rata" dia a dia a data das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre/exercício. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. Se não houver taxas de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

**f. Operações de crédito e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e às circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída e demais análises efetuadas.

**g. Outros valores a receber**  
São demonstrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos e variações monetárias ("pro rata temporis") e cambiais auferidos e ajustado por provisão para ajuste a valor de mercado e da realização, quando aplicável.

**h. Imobilizado**  
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e veículos.

**i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**  
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**j. Outros valores a pagar**  
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ("pro rata temporis") e cambiais incorridos.

**k. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R\$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado à alíquota de 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019 conforme legislação fiscal em vigor. Os créditos tributários podem ser constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e/ou ainda sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. Embora o Banco tenha todas as condições dispostas na Resolução CMN nº 3.059/02 e na Resolução CMN nº 3.355/06, a Administração decidiu pelo não registro dos créditos tributários neste momento.

**l. Ativos e passivos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta-Circular nº

☆ continuação

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

### 22 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre	2018	2017
Despesas de serviços técnicos especializados	(654)	(725)	(547)
Outras despesas administrativas indedutíveis	(628)	(628)	(958)
Aluguel	(627)	(1.358)	(1.254)
Processamento de dados	(444)	(956)	(854)
Serviços do sistema financeiro	(442)	(836)	(593)
Comunicação	(194)	(382)	(345)
Depreciação e amortização	(193)	(371)	(262)
Manutenção e conservação de bens	(152)	(178)	(64)
Condôminio	(131)	(261)	(283)
Outros	(111)	(224)	(271)
Despesas de viagens no país e exterior	(95)	(170)	(135)
Publicações, promoção e relações públicas	(72)	(149)	(133)
Serviços de terceiros	(70)	(112)	(84)
Materiais para o escritório	(43)	(90)	(96)
Despesas de transportes	(40)	(96)	(116)
Água, energia e gás	(19)	(36)	(34)
Seguros	(14)	(30)	(22)
Serviços de segurança e vigilância	(1)	(31)	(86)
Contribuição sindical	-	-	(86)
Multas e juros	-	-	(11)
<b>Total</b>	<b>(3.930)</b>	<b>(6.633)</b>	<b>(6.234)</b>

### 23 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º semestre	2018	2017
COFINS	(776)	(3.083)	(2.498)
PIS	(126)	(501)	(406)
ISS	(75)	(144)	(114)
Impostos municipais e outros	(2)	(133)	(114)
<b>Total</b>	<b>(979)</b>	<b>(3.861)</b>	<b>(3.132)</b>

### 24 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre	2018	2017
Rendas de variação cambial positiva de operações passivas	2.666	2.666	-
Reversão de provisão de fundos de investimentos	487	1.484	981
Reversão de provisão de outras despesas administrativas	360	641	549
Reversão de provisão com avais e fianças concedido	50	94	77
Reversão de provisão para perdas com títulos privados	39	50	-
Recuperação de encargos e despesas	7	27	36
Reversão de outras receitas operacionais	5	33	31
Reversão de provisão de processo trabalhista	3	3	-
Reversão de provisão de PLR	-	257	476
<b>Total</b>	<b>3.617</b>	<b>5.255</b>	<b>2.150</b>

### 25 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre	2018	2017
Provisão de processos trabalhistas	(480)	(486)	(14)
Despesas com manutenção de conta no exterior	(164)	(325)	-
Provisão para perdas com títulos privados	(39)	(147)	(52)
Outras despesas operacionais	(33)	(47)	(436)
Juros e multas sobre recolhimento em atraso	(1)	(22)	(31)
Despesas de variação cambial negativa	-	-	(4.403)
<b>Total</b>	<b>(717)</b>	<b>(1.027)</b>	<b>(4.936)</b>

### 26 COMPROMISSOS E GARANTIAS

Descrição	2018	2017
Fianças e avais	22.518	32.003
<b>Total</b>	<b>22.518</b>	<b>32.003</b>

Em 31 de dezembro de 2018 foi efetuada uma reversão de provisão sobre carta de fiança no montante de R\$ (94) (R\$ 317 em 2017).



#### A Diretoria

**Controller: Maycon Siqueira Paixão - CRC 1SP 256925/O-3**

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria do  
Banco KDB do Brasil S.A.  
São Paulo - SP.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse

fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP014428/O-6

São Paulo, 11 de março de 2019

**Carlos Massao Takauthi**  
Contador - CRC 1SP206103/O-4